

A CONDIÇÃO DA MULHER E SEU POSTERIOR CRESCIMENTO NO MEIO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO

THE CONDITION OF WOMEN AND THEIR LATER GROWTH IN ARCHITECTURAL AND URBANISTIC ENVIRONMENT

Ana Carolina Sequeira Borges Costa¹, Victor Henrique de Resende¹

¹Centro Universitário de Lavras - Unilavras, Lavras-MG, Brasil.

RESUMO

A luta por igualdade de gênero é necessária no século XXI. Tal debate não é de conhecimento de todos, por falta de informação ou preconceito, tornando a discussão mais delicada. Contudo, mesmo que algumas conquistas tenham sido alcançadas pelas mulheres, e grande parte do mercado construtivo seja ocupado por elas, ainda há uma grande disparidade de direitos trabalhistas, quando comparadas aos homens. Trazendo uma visão mais aprofundada sobre o tema, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais que visam reconhecer as batalhas históricas travadas pelas mulheres, que são necessárias atualmente. Este artigo irá introduzir esta discussão, partindo de alguns fatos cronológicos relevantes para a significação e lugar que as mulheres ocupam na sociedade, em aspecto arquitetônico e sociocultural. Foram analisados, dados quantitativos, para fomentar as análises, e apresentar como a arquitetura pautada nos preceitos Vitruvianos e falocêntricos influenciam nas obras arquitetônicas e morfologia urbana. Conclui-se, que o atual papel da mulher na arquitetura e sociedade é essencial, mesmo em um contexto patriarcal influenciando negativamente o espaço feminino. Devido à complexidade deste tema, este artigo objetiva fomentar futuras pesquisas e ações que exaltem o trabalho feminino e a visualizar cenários mais otimistas e igualitários para as mulheres em âmbito socioarquitetônico.

Palavras-chave: Mulher. Patriarcado. Falocêntrico. Igualdade de gênero.

ABSTRACT

The XXI century calls for a fight for gender equality. This debate is not common sense, due to lack of information or prejudice, which make the discussion more complex. However, even though some goals have been achieved by women and a large part of the construction market is occupied by them, there is still a great disparity in labor rights when compared to men. Bringing a more in-depth view on the subject, bibliographical and documental research was carried out in order to acknowledge the historical achievements and battles fought by women, which are still necessary in the current context. This article will introduce this discussion, starting from some chronological facts relevant to the meaning and place which women occupy in society, in architectural and sociocultural aspects. Quantitative data were also examined to foster analysis, and to present how architecture based on Vitruvian and phallogentric precepts influences architectural works and urban morphology. It is concluded that the current role of women in architecture and society is essential, even in a patriarchal context negatively influencing the female space. Due to the complexity of this topic, this article aims to encourage future research and actions which exalt female work and envision more optimistic and egalitarian scenarios for women in a socio-architecture context.

Keywords: Woman. Patriarchy. Phallogentric. Gender Equality.

Introdução

A sociedade machista patriarcal, desde muitos anos, vigente na história da humanidade, influenciou a forma como se dão as diversas relações de poder e hierarquia, entre diferentes grupos sociais, principalmente entre homens e mulheres, nos variados campos do conhecimento como artísticos, culturais, sociopolíticos e econômicos. Este fato culminou nas formas de organização social, nas relações interpessoais e socioespaciais, como também, na maneira como se materializa e idealiza a arquitetura e urbanismo, principalmente na sociedade ocidental, reforçando o abismo social existente entre homens e mulheres.

Ao longo dos anos o papel das mulheres esteve associado às atividades domésticas, matrimoniais, maternais e de servidão, onde eram vistas e educadas para atender as necessidades dos homens. Sendo, assim, submetidas a um discurso totalitário e coercitivo, onde a liberdade de expressão, cidadania, emprego, vontades e escolhas eram termos distantes e proibidos para elas. E mesmo após anos tendo sofrido diversos tipos de agressões domésticas, físicas e emocionais, de não serem tratadas como seres humanos, com respeito e igualdade, estes preceitos e atitudes permanecem presentes nos dias atuais.

Embora, esteja sendo por meio árduo, moroso e sofrido as mulheres estão conseguindo, ter seu lugar e voz no mundo. Com o passar do tempo as mulheres alcançaram algumas conquistas com o direito ao voto, ao trabalho, entre outros. Desse modo, elas adquiriram altos cargos no âmbito da arte, esportes, saúde, segurança, política e em outras instâncias. No entanto, essas conquistas ainda não foram totais e ainda prosseguem em um ritmo lento, um exemplo seria o Brasil, em que apenas em 2010 foi eleita a sua primeira presidenta Dilma Rousseff. Isto é um dos fatos que evidencia que a luta por igualdade de gênero está progredindo a passos lentos, não apenas em terras brasileiras, mas em todo o mundo.

Assim, embora desapressados e nem sempre eficientes, os movimentos das lutas por igualdade ganharam visibilidade no século XX, principalmente durante o período do modernismo e pós modernismo, em que diversas questões sociais começaram a ser pautadas com mais afinco no campo artístico. Esses movimentos artísticos-culturais se assemelham e convergem em alguns aspectos e técnicas, mas que são conhecidos por suas ideais, críticas, pluralidade e novas propostas, não havendo um padrão evidente para a caracterização das obras em si.

Vale ressaltar que durante o modernismo, essas diversas questões sociais emergiram e foram pautadas com mais afinco, em um contexto histórico-social marcado por guerras, pelas discussões das relações de poder e mercantilistas vigentes, e pelo início de movimentos estudantis ligados a luta pelas minorias sociais. Já o pós-modernismo, a partir de 1950, transcende essa ideia de um estilo artístico e arquitetônico, sendo marcado por características semelhantes do período anterior presentes nas suas obras, como tipologias, linguagens entre outros. Mas é um movimento marcado por ideais, críticas, novas propostas, por uma pluralidade, sendo difícil encontrar um padrão que possa caracterizar todas as obras em si. Ele além de tudo, torna a sua arte em um ato político, pois é nesse exato momento que se começa a priorizar o papel do arquiteto como cidadão ativo politicamente, como fundamental para a formação do contexto socioeconômico e político no qual está inserido.

Arte passa a ter seu conceito associado à ideia de modo de expressão, de comunicação e manifesto. A partir desse momento, aqueles que compunham as minorias, grupos que são marginalizados pela sociedade compostos por negros, comunidade LGBTQIA+, mulheres, em conjunto com integrantes do meio acadêmico realizaram diversas manifestações e ações em

prol da equidade, sendo as diversas formas de expressão artística um meio para propagar suas propostas e questionamentos sobre a sociedade. As obras de arte deixam de tentar atingir a ideia associada ao período clássico e ao senso comum, mas tem um foco mais voltado para a intenção e os questionamentos que ela representa, assim por vezes o artista representa o grotesco, o feio ou o abstrato, objetivando causar diferentes sensações no espectador, como espanto, desconforto, buscando fazer com que o indivíduo saia da sua zona de conforto e questione sobre a sociedade e sistema vigente.

Na década de 1960, se inicia um debate sobre um dos importantes paradigmas do pós-modernismo, o feminismo, concomitante ao auge da corrente artística do surrealismo, tendo influenciado diretamente nesse movimento, ao abrir espaço para a primeira exposição em Nova York de obras realizadas por mulheres. Começa-se, então, a discutir a presença da mulher no meio artístico e na sociedade, as disparidades a qual são submetidas em uma sociedade machista secular como agressões verbais e físicas, a falta de direitos que velassem por elas, diferenças de salários e oportunidades de emprego, tratadas com insignificância e inferioridade pela condição de serem mulheres. Além de existirem todas essas questões, é importante ressaltar que as mulheres tinham um papel na sociedade, no campo da pintura e das artes, de musas inspiradoras. Eram sempre retratadas nas obras de arte, em grande parte, seminuas. Embora a questão não seja sobre retratar o nu feminino, ressalta-se, aqui, o fato de que o corpo da mulher era de certa forma objetificado pela sociedade machista.

Assim, é importante ressaltar que nos séculos XIX e XX, principalmente, já se começava a questionar o espaço das mulheres e as regras da sociedade. Em resposta surge os diversos movimentos daqueles que compunham a minoria, sendo um deles o *Feminismo*. Assim, o movimento é uma forma de expressão e luta. Ao contrário do machismo, o feminismo é uma luta pela igualdade de gêneros, e não pela supremacia da mulher em relação ao sexo masculino ou outros grupos, como os não binários. Esta luta pela equidade ocorre em âmbito sociocultural, política, econômica, no mercado de trabalho, dentre diversos outros campos sociais. E além de visar findar os conceitos machistas e patriarcais, como também o modelo falocêntrico, o movimento objetiva colocar em debate o lugar da mulher na sociedade, procurando acabar com a objetificação do corpo feminino, a violência, o feminicídio, disparidade de salários, marginalização em campos do conhecimento, dentre outros. O feminismo, tem como propósito fazer com que as mulheres consigam, cada vez mais, conquistar seu espaço, que lhe é direito e foi negado por séculos.

Mas qual seria a relação de feminismo com arquitetura? Na verdade, a pergunta deveria ser: como não desassociar as duas coisas? Como sendo uma expressão artística, a arquitetura apresenta inquietações, estranhamentos, subversões, críticas, como qualquer outro tipo de arte. É algo inerente ao ser humano. A arquitetura também não se resume a construir e edificar, a teoria é extremamente importante nesse meio para se chegar a um resultado, como uma obra, livros etc.

A arquitetura como uma expressão artística e de linguagem, reforçou e propagou por anos crenças e preceitos defendidos pela sociedade patriarcal, ainda dominante. Assim, o “Homem Vitruviano” de Leonardo da Vinci, foi determinante para a criação do modelo falocêntrico; cujo o órgão genital masculino, símbolo da fertilidade e masculinidade, se torna um modelo de parâmetro para obras artísticas, arquitetônicas e urbanísticas. Desse modo, ele expressa a ideia de “superioridade e dominância” em relação aos indivíduos de outros grupos, principalmente as mulheres.

O urbanismo como uma manifestação e expressão espacial, também, por meio de linguagens, expressou em seus ambientes e áreas urbanas, ideais defendidos por aquele grupo dominante que a comandava. Assim, esses aspectos falocêntricos que interferiram diretamente

na arquitetura, também influenciaram na morfologia urbana, desde construções públicas e privadas, até o traçado de ruas, largos e parques das cidades.

Embora diversos dados e pesquisas afirmam que, principalmente no campo da arquitetura, há mais mulheres do que homens trabalhando nesse campo construtivo, a discrepância de salários e condições de trabalho ainda são extremamente desiguais. Mesmo exercendo a mesma função e trabalho os homens ganham mais que as mulheres. As cidades ainda continuam espaços hostis e inseguros para as pessoas do sexo feminino, não binárias, trans entre outros.

Essas e outras questões fomentam as discussões e críticas à sociedade vigente, através de manifestações estudantis, congressos, debates, expressões artísticas, entre outros. Aqueles que se unem a elas, que também compõe as minorias, são os homossexuais, negros, indígenas, que também lutam por mais direitos, por respeito e pela vida!

Entende-se que a construção está diretamente associada à maneira como as pessoas agem e se relacionam com o espaço construído, por meio de revisões bibliográficas procura-se compreender quais foram as mensagens transmitidas por mulheres arquitetas e urbanistas em suas obras. Qual o legado e manifestação elas desejariam expressar e como, por meio dessas gostariam de reivindicar seu espaço.

A presente pesquisa visa entender como se dá essa relação entre arquitetura e o corpo feminino. O objetivo é trazer uma ideia sobre como anda a situação das mulheres no meio arquitetônico, um ambiente em que ganham cada vez mais espaço nessa área. Procurando trazer essa discussão de gênero para a realidade mais próxima, apresentando alguns nomes e pesquisadoras que fazem parte desse processo arquitetônico, urbanístico e paisagístico. Para colher esses dados e fomentar as discussões foram realizadas pesquisa bibliográfica, documentais e audiovisuais buscando ressaltar essa visão feminina sobre o meio construtivo, até então pouco abordada e mencionada.

Material e Métodos

Foram realizadas reuniões entre orientador e orientanda desta presente pesquisa, no início do desenvolvimento do projeto, no ano de 2020, os encontros eram realizados presencialmente. Mas devido ao presente cenário mundial imposto a todos, de pandemia, tais encontros passaram a ser realizados virtualmente. Neles, foram identificadas a necessidade de separar a pesquisa em duas etapas. Em um primeiro momento, foram realizadas algumas pesquisas bibliográficas que pudessem fomentar e aprofundar o trabalho em desenvolvimento. Pois para compreender essa relação das mulheres com a arquitetura e urbanismo, e para entender como ao longo dos anos, o papel feminino na sociedade foi modificando, seria necessário debater um pouco sobre quais foram os significados e etimologias conferido as mulheres, que contribuíram para chegar ao conceito que se tem atualmente sobre tal tema.

Desse modo, em um segundo momento foi verificada a necessidade de realizar uma busca em aspectos quantitativos, para evidenciar a disparidade no mercado de trabalho entre homens e mulheres.

Assim, ao ter acesso a aos dados quantitativos e qualitativos, conseguiu-se correlacionar algumas características sobre o significado de mulher e suas obras arquitetônicas. Desse modo, neste momento foram realizadas pesquisas bibliográficas, literárias, iconográficas, vídeos e alguns filmes.

Tais acervos visuais, têm o propósito de fomentar a discussão inicial sobre o ser feminino, sobre as lutas travadas para que as mulheres conseguissem adquirir seu direito e espaço, sobre como elas transmitiam suas ideias e mensagens. Correlacionando assim, as conquistas até então alcançadas e o quanto, ainda há, por fazer para alcançar a igualdade de gêneros tão almejada.

Entretanto, devido à complexidade de tais assuntos e seus infindáveis desdobramentos, foi necessário restringir o período histórico, ao qual os fatos da pesquisa foram correlacionados. Desse modo, optou-se a princípio, por centrar a pesquisa a partir da década de 1950 até o presente ano, 2020. Porém, isso não impede, que o presente artigo abranja um pouco além desta linha cronológica, devido a necessidade de se associar as discussões presentes nos relatórios a alguns momentos históricos pontuais de extrema importância, que fogem pouco do período pré-estabelecido, mas que são intrínsecos para a compreensão do contexto e acontecimentos discutidos.

Assim, as pesquisas bibliográficas, literárias, documentais e audiovisuais contribuem para contextualizar, expor e refletir sobre a atual condição da mulher na sociedade vigente, principalmente no que concerne a área de arquitetura e urbanismo.

Resultados

Ao longo de toda a pesquisa foram obtidos dados qualitativos e quantitativos, buscando expor a condição da mulher no trabalho, principalmente no campo da arquitetura e urbanismo. Desse modo, para melhor compreensão e organização dos resultados obtidos, a pesquisa foi dividida em duas etapas.

Assim, nessa primeira etapa foi realizado uma pesquisa bibliográfica com escopo em compreender o quão amplas e plurais são as etimologias e definições da palavra “mulher”. Embora seja redutível e difícil compilar em apenas algumas palavras, toda a gama, complexidade e pluralidade, de tal tema, ainda mais nos dias atuais em que essa questão de gênero está se tornando cada vez mais ampla, e a ideia arcaica de gêneros binários esteja se tornando obsoleta. Contudo, é necessário, para atender os objetivos dessa pesquisa, focar neste aspecto binário, uma vez que se deseja tratar da constante violência, coerção e diligência do sexo masculino sobre o feminino.

Assim, esta etapa apresentou, além de algumas imagens e conceitos do ser feminino, explicitou brevemente alguns acontecimentos históricos que são indissociáveis e essenciais para se compreender o papel da mulher no século XXI em diversos campos sociais, políticos, culturais e profissionais, sendo um deles a arquitetura e o urbanismo.

Desse modo, embora seja redutível e negligente procurar significar o que é ser mulher, foi necessário fazer uma relação sobre tais definições com os diferentes anos. Pois, estes conceitos se modificaram ao longo do tempo, de acordo com transformações históricas, sociais, culturais e políticas. Assim, a partir deles, procura-se associar a imagem, que naquele específico período, era dado a mulher, associando com suas conquistas e seu espaço na sociedade.

Entretanto, assim como diversos acontecimentos históricos, a conceituação do ser mulher, origina-se de uma interposição e compilação de diversos fatores e coeficientes. Estes componentes podem se repelir, discordar ou consentir. Contudo, embora haja essa diversidade de elementos, a imagem do ser feminino está fortemente associada à sua relação de opressão e dominância do homem, ou seja, ao machismo e patriarcado.

Em seu livro intitulado: “O segundo Sexo”, a escritora Simone de Beauvoir apresenta a seguinte analogia (1970, p.10-11):

A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois pólos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos "os homens" para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo *vir* o sentido geral da palavra *homo*. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. [...]Praticamente, assim como para os Antigos havia uma vertical absoluta em relação à qual se definia a oblíqua, há um tipo humano absoluto que é o masculino.

Simone de Beauvoir (1970), ainda associa tais ideias com aspectos biológicos ao apresentar o útero e ovários como agentes principais dessa singularidade da mulher, mas ao mesmo tempo é uma subjetividade dessa definição, como se ela pensasse por meio de suas glândulas, já os homens parecem não se atentar ao fato de que também possuem hormônios e testículos, ou seja, de uma forma mais normalizada e objetiva com o mundo acreditando apreender de maneira direta, no entanto julga o corpo da mulher por todas as especificidades que as caracterizam, como sendo uma barreira, um aprisionamento.

Essas ideias são reafirmadas por diversas declarações, realizadas por várias figuras importantes para a história, como Aristóteles e Sto. Tomás, em suas obras. Assim, elas são um exemplo clássico da forma como o homem vê o Outro, a sua alteridade, que nesse caso seriam as mulheres, comprovando essa relação de soberania masculina e opressão para com o denominado sexo frágil.

Davis (2016), ao refletir sobre o espaço da mulher na sociedade ressalta a posição das mulheres escravas, como sendo sobretudo suscetíveis as diferentes maneiras de coerção sexual. Em contrapartida dentre as punições mais graves que os homens eram submetidos, tem-se ações associadas aos açoites e mutilações, ao passo que as mulheres além de sofrerem essas mesmas violências, eram por vezes estupradas. Sendo este último uma representação e reafirmação empáfia poderio econômico e controle do “proprietário” sobre as mulheres negras trabalhadoras. Assim, fica clara que a sociedade patriarcal e machista é responsável por sustentar a imagem criada por homens, do ser feminino. Entretanto, há uma disparidade no próprio grupo de mulheres, ou seja, àquelas que são brancas e de família abastada não sofrem menos cerceamento e desprezo do que as que pertencem à classe operária, que às negras, mestiças, indígenas e da comunidade LGBTQUIA+.

Contudo, vale ressaltar que essa conceituação está, também, ligada não só ao desprezo como a ideia de inferioridade e sexo frágil, que está diretamente associada, a uma imagem de submissão e subordinação aos homens. Desse modo, a mulher é vista para cuidar de tarefas domésticas, atender aos anseios e desejos sexuais masculinos, e para isso deve ser intocada. Cria-se assim uma imagem de perfeição e pureza, onde elas devem respeitar alguns preceitos como castidade até o casamento.

Destaca-se que essa preposição de virgindade é extremamente ligada à igreja, que por anos influenciou diretamente em questões políticas, sociais e culturais. E mesmo que se questione a veracidade de tais fatos, a instituição Igreja sempre foi regida por homens. Consequentemente, seus preceitos patriarcais e imagens difusas e equivocadas do ser mulher também foram disseminados por ela. Assim, Losandro Antonio Tedeschi (2012), afirma que os homens eram responsáveis por disseminar ideologias e crenças filóficas-reliogiosas, algumas creditadas até os dias atuais, por meio de linguagens, imagens, escrita, evidenciando essa relação de hierarquização e poder, dos homens sobre as mulheres. Assim, a percepção do corpo dos indivíduos que compõe o sexo feminino ocorre por meio de classificações, inclusive pelas

próprias mulheres, resultando em uma maneira de justificar a aparência natural feminina e à separação do trabalho entre os indivíduos de diferentes sexos. Tais narrativas e ideais que imperam por séculos, ainda são disseminados por meio de relações de poder, hierarquização, que derterminam, estabelecem a vida e a idealização das mulheres. Beauvoir (1970), ainda trata sobre essa convergência de saberes que delimitam o lugar da mulher na sociedade, sendo eles o papel de mãe e os afazeres domésticos. Objetivando fazer com que elas ainda permaneçam em suas residências, estes espaços destinados ao sexo feminino passam a ser associados a aspectos relacionados a capacidade feminina, como o afeto e carinho a crianças, amor materno como algo inato, entre outros.

Nesse contexto, segundo de Beauvoir, embora, as relações de opressão tenham se dado por questões numéricas, ou seja, os grupos dirigentes, que geralmente são a maioria, e impõe a sua lei e seus preceitos em cima da minoria, como judeus, negros entre outros, no entanto, quanto aquelas do sexo feminino é diferente, pois há aproximadamente a mesma quantidade de mulheres e homens. A autora ainda afirma (1970, p. 13):

[...] É muitas vezes a desigualdade numérica que confere esse privilégio: a maioria impõe sua lei à minoria ou a persegue. Mas as mulheres não são, como os negros dos Estados Unidos ou os judeus, uma minoria; há tantos homens quantos mulheres na terra. Não raro, também os dois grupos em presença foram inicialmente independentes; ignoravam-se antes ou admitiam cada qual a autonomia do outro; e foi um acontecimento histórico que subordinou o mais fraco ao mais forte: a diáspora judaica, a introdução da escravidão na América, as conquistas coloniais são fatos precisos. Nesses casos, para os oprimidos, houve um passo *à frente*: têm em comum um passado, uma tradição, por vezes uma religião, uma cultura. [...]

Como forma de exemplificar o que a Beauvoir apresenta, Diotto et al. (2017), expõe essa questão histórica de dominação de um grupo em maior contingente dominante sobre outro de menor, a mulher ao ser comparada se difere aos judeus e negros que foram por anos, e ainda são, minorias que sofrem com perseguição e discriminação por suas diferenças étnicas e raciais. Já as mulheres sofreram preconceito e hostilidade por suas particularidades, como biológicas e fisiológicas, entre outras, sendo subjugadas e subordinadas ao grupo dominante. Assim, essa violência e discriminação contra a mulher pelo simples fato de ser mulher, característica de uma conduto machista, resulta em desvalorização e marginalização do ser feminino. Sendo, desse modo, uma das mais incipientes formas de desigualdade. Sendo algo ilógico, uma vez que igualdade é um direito inerente a todos os seres humanos, não havendo nenhuma aspecto plausível para diminuir ou classificar as mulheres e outras minorias como seres inferiores.

Ao longo dos anos, contudo, diversas conquistas foram alcançadas por movimentos em prol das mulheres, como o feminismo. Os séculos XX, principalmente devido ao Modernismo, foi um período que modificou o curso da história. Nesse momento surgiram diversos movimentos e manifestações trabalhistas e estudantis em prol daqueles que configuram o grupo das minorias, como indígenas, negros, operários, judeus, entre outros e as mulheres.

Vale ressaltar que este período foi precursor em atividades, movimentos e na ideia da arte como manifesto. Assim, as obras artísticas passam a ter um cunho político e social, e a partir desde momento, os artistas passam a utilizar suas obras como meio de disseminação de ideais, reflexões e questionamento; criticando assim, as mazelas, desigualdades e preconceitos da sociedade capitalista, patriarcal e racial vigente.

Desse modo, a arquitetura por ser uma vertente artística, foi imprescindível para disseminar tais ideais, como a luta das mulheres por igualdade de gênero. Contudo, embora as mulheres tenham alcançado diversas conquistas, ainda há muito o que se fazer, pois a

negligência histórica e resquícios da sociedade patriarcal ainda se fazem presentes no século XXI.

No entanto, a batalha anda ganhando cada vez mais força e adeptos para lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Um exemplo seria a Vivian Villanova, formada em Comunicação Social e também contém habilitação em rádio e TV, atualmente contém um canal na plataforma Youtube, onde faz vídeos periódicos sobre a arte em geral. Entretanto, ela ressalta sobre artistas mulheres e suas obras, tão negligenciadas na história artística, disseminando seus trabalhos e ideais, assim como trata sobre a associação da arte com o movimento feminista (SIQUARA, 2019).

Villanova tem um dos quadros do seu canal denominado: “Arte e Feminismo”, ele é dedicado a apresetar trabalhos de artistas mulheres, principalmente aquelas que se envolvem em questões sobre o papel da mulher na sociedade. Ele também retrata histórias de personalidades femininas e suas experiências atualmente. Embora a mulher tenha sido relegada a um papel coadjuvante, não apenas na história da arte, como em outros espectros da sociedade, em que se falam pouco, principalmente em ambientes escolares e acadêmicos, sobre os trabalhos de artístas mulheres, ela acredita que está ocorrendo uma modificação deste cenário, embora seja um processo difícil, a união se faz essencial para se ter um saldo otimista. Uma das principais características desta vertente do canal é justamente exaltar essa relevância das discussões feministas na comunidade e meio artístico. Ela acredita que a arte desperta e aguça um olhar mais sensível sobre o outro, tornando, assim, o indivíduo um ser humano mais genuíno e compreensivo com relação às diferenças e mais leves e mais imaginativo para encarar a vida de frente (ALBUQUERQUE, 2020). Nesse sentido, o segundo relatório procura aprofundar e trazer elementos que possam contribuir para a construção dessa imagem da mulher em âmbito sociocultural, político, econômico, com um escopo mais voltado para o mercado de trabalho como um todo e na arquitetura, em uma sociedade machista e patriarcal. Assim, o relatório parte dessas questões de gênero e nomenclaturas, com um escopo quantitativo, objetivando compreender os índices numéricos associados à quantidade de mulheres e homens, buscando realizar um comparativo entre os dois gêneros.

Por séculos as mulheres foram educadas e ensinadas a satisfazerem as necessidades e desejos dos homens, sendo relegadas apenas como seres para procriação. Assim, por décadas eram privadas de diversos direitos, como de exercer algumas profissões, ao voto, direito trabalhistas entre outros.

É imprescindível destacar que os movimentos artísticos do século XX, citados anteriormente, permitiram a disseminação de ideias difundidos pelas manifestações das minorias, como o feminismo, sendo relevantes em diversas lutas pela igualdade, inclusive no âmbito de mercado de trabalho. Desse modo, algumas conquistas foram alcançadas, e as mulheres ganharam cada vez mais espaço em diferentes ramos e profissões. Contudo, a desigualdade ainda permanece presente na sociedade vigente.

Desse modo, de acordo com Gebrim e Sanches (2003, p.1), além dessa luta por igualdade, outras questões foram determinantes para o aumento do índice de mulheres trabalhando ao longo dos anos, sendo eles: “[...]a emancipação feminina e a opção por um projeto profissional, o desemprego ou a perda de renda do cônjuge e o crescimento do número de mulheres chefes de famílias.”

Contudo, embora o ingresso de mulheres no mercado de trabalho esteja acontecendo gradativamente, ainda há diversas disparidades e desigualdades quando comparadas aos homens. De acordo com Muniz (2018), segundo um estudo do instituto Brasileiro de Geografia

Estatística (IBGE) de 2016 as mulheres brasileiras estudam mais que os homens, passam mais tempo ocupadas em tarefas domésticas e ganham menos do que eles.

Este fato evidencia que ainda há várias lutas e um longo caminho a ser percorrido para se alcançar, de fato, a igualdade de gênero. É necessário desmistificar e desconstruir toda uma sociedade marcada pelo patriarcado e machismo históricos que colocam a mulher em uma situação de inferioridade. No entanto, embora pareça ser uma luta infindável, a situação está ganhando outra roupagem. Cada vez mais, os movimentos feministas estão angariando simpatizantes, mais voz e lugar. Exemplos como o da vlogueira Vivi, enaltecem e geram reconhecimento e informações sobre figuras femininas essenciais para o meio artístico, sociocultural e político. Assim, levam conhecimento para os cidadãos, sobre as mulheres extremamente excluídas e negligenciadas em âmbito sócio-histórico e acadêmico.

Os resultados apresentados são tão complexos e paradoxais como a relação do ser feminino com o espaço construído e de todas as definições e papel das mulheres, que foram se modificando ao longo dos anos, principalmente no período pré-determinado. Esses aspectos revelam uma identidade única e transitória, não absoluta, mas metamorfa, ou seja, que sofre modificações, visando uma incansável e incontestável luta por igualdade.

Fica clara, por tanto, que devido à complexidade e amplitude de tal tema, este presente artigo é apenas um ponto de partida para tais discussões. Procura-se a partir dela fomentar outras pesquisas e ações que exaltem o trabalho feminino, principalmente na arquitetura.

Neste escopo, a presente pesquisa, procura levantar essas questões acerca da imagem do ser mulher ao longo dos anos e de sua posição na arte, principalmente arquitetura e urbanismo. Desse modo, levar informações sobre a desigualdade nesse campo profissional, concomitantemente enaltecer o trabalho de mulheres que mudaram e estão modificando a forma de ver a arquitetura e as cidades.

Discussão

Os resultados prévios permitem uma compreensão do quão complexo e plural é o conceito *mulher* que ao longo dos anos sofreu algumas modificações. Além de apresentar, também, o quanto essa ideia e imagem do ser feminino, diretamente associada à sua definição, é carregada de preceitos característicos de uma sociedade patriarcal e machista, contribuindo para a posição, hierarquização e submissão presentes nos campos político, sociocultural e no mercado de trabalho. Embora este cenário ao longo da história tenha melhorado um pouco, ele ainda não é positivo.

Há séculos, a mulher é visada como um ser inferior, frágil, subjugadas, vistas apenas como ser reprodutivo. Com o passar dos tempos, essas imagens ainda prevalecem, contudo, foi-se acrescentando outros aspectos, indubitavelmente ofensivos, redutores e opressores, sendo um dos principais deles, o de objetificação do corpo feminino atrelado a sua incapacidade, quando associadas a pessoas do sexo masculino. Entretanto, embora sejam ideias arcaicas, antiquadas, elas ainda permanecem em pleno século XXI, sendo defendidas por parte da população mundial.

Como resultado, houveram diversas consequências e ideias instauradas por esse contexto. Desse modo, vieram o preconceito, a desigualdade social, a falta de oportunidade, a discrepância de salários, a falta de reconhecimento, a marginalização, a legitimação de atitudes deploráveis, tais como violência física ou verbal, assédio, abusos e em casos mais graves o feminicídio. E para reduzir a sua credibilidade, eram sempre associadas ao sexo frágil, destinadas a tarefas domésticas, para procriação, objetificações entre outras atividades, que as

colocavam em uma posição de serventia e satisfação dos prazeres masculinos, diminuindo e excluindo as mulheres de seu espaço, voz e lugar na sociedade.

Tedeschi, em seu livro intitulado *As Mulheres e a História: Uma Introdução Teórico Metodológica*, defende a ideia de as mulheres terem se tornado obsoletas de acordo com a sociedade patriarcal (2012, p. 9):

As mulheres nunca estiveram ausentes da história, embora a historiografia oficial as tenha esquecido. Pesquisadoras(es) tem se debruçado sobre estudos da história das mulheres e suas lutas em todos os processos civilizatórios. Além disso, as mulheres têm garantido o seu lugar de cidadã na vida, no mundo e na própria história. No decorrer da história há uma relação entre gênero e poder que precisa ser estudada, revelada, reescrita, pois a história tradicional antropocêntrica e universalizante criou o mito do sexo frágil, da impotência feminina e da sua dependência existencial do masculino.

Destaca-se que o esquecimento, como apresentado, não ocorre apenas no campo da história, mas também em âmbito cultural, social, político, entre outros. Sendo esses, alguns dos aspectos principais responsáveis pela imagem subjugada do ser feminino. Assim, o presente texto procura tratar sobre essa displicência com as mulheres de modo geral, mas tendo um escopo mais voltado para a presença feminina no mercado de trabalho da arquitetura e do urbanismo.

Entretanto, ao realizar as pesquisas bibliográficas sobre o tema, encontrou-se certa dificuldade devido a escassez de informação. Isto ocorre porque as profissões das esferas construtivas são consideradas, por grande parte dos profissionais, como atividades prioritariamente práticas. Assim, há poucos trabalhos teóricos. Consequentemente o olhar crítico, essenciais aos arquitetos e urbanistas, torna-se restrito e raso, uma vez que os trabalhos teóricos e leituras fomentam e aprofundam os questionamentos, gerando reflexões, tais como o papel e a responsabilidade dos profissionais como agentes transformadores do espaço construído e urbano.

Partindo, desse modo, do conhecimento das relações sociopolítica, econômica, história, de hierarquização e de relações de poder, busca-se compreender as vertentes espaciais. Nesse sentido objetiva assimilar como estes aspectos influenciam no ambiente e morfologias dos centros urbanos. Os profissionais devem refletir sobre qual mensagem propõem transmitir como cidadãos que influenciam diretamente no tipo de transformações que serão propostas para as pessoas.

Nesse aspecto, é necessário questionar sobre o princípio e conduta de tais profissionais. Pautando assim, sobre temas como a representatividade e espaço de fala, para os grupos que integram a minoria, entre os arquitetos e urbanistas. Pois, seria possível pensar em realizar ações efetivas, para ensejar melhorias em um campo profissional em que não há um pensamento crítico sobre a sociedade em que vive? Como isso ocorre pontualmente, a reprodução de algumas mazelas da sociedade atual reincide frequentemente. Além disso, as propostas para solucionar tais problemas, são de curto prazo, pouco eficazes, fazendo com que eles se repitam constantemente.

Nesse sentido, a importância das leituras e trabalhos teóricos, torna-se evidente. Eles permitem instigar, provocar, fornece conteúdo e embasamentos suficientes para, por meio de construções e projetos, realizar modificações e melhorias efetivas no espaço construído e consequentemente nas relações sociais. Logo, mudanças sociais estão diretamente associadas as transformações e reflexões dos espaços arquitetados. Para tal, os profissionais devem ter um pensamento crítico sobre a sua classe, realizando questionamentos, sendo um dos princípios deles, sobre o negligenciamento com as mulheres deste campo profissional.

A luta da mulher por igualdade é milenar e infundável. O conceito “mulher”, em vários períodos históricos, como legado da sociedade patriarcal, é colocado como um ser inferior ao sexo masculino, como apresenta a autora Beauvoir, ao citar ideais defendidos por grandes pensadores e filósofos da humanidade, como Aristóteles, Sto. Tomás, entre outros, em seu livro *O Segundo Sexo* (1970, p.11):

"A fêmea é fêmea em virtude de certa *carência* de qualidades", diz Aristóteles. "Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural". E Sto. Tomás, depois dele, decreta que a mulher é um homem incompleto, um ser "ocasional". É o que simboliza a história do *Gênesis* em que Eva aparece como extraída, segundo Bossuet, de um "osso supranumerário" de Adão. A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a êle; ela não é considerada um ser autônomo. "A mulher, o ser relativo...", diz Michelet.

Desse modo, ao correlacionar os tipos de subordinação, de grupos denominados como minoria, devido a aspectos numéricos, como negros, judeus, indígenas, proletariado entre outros, com homens brancos, a autora entende que essas relações de hierarquização têm geralmente como princípio algum acontecimento histórico, alguma questão associada a tradição, cultura, religião ou a uma construção de acordo com o desenvolvimento da história. Entretanto, as mulheres não fazem parte da minoria por aproximadamente a mesma quantidade de homens e mulheres no mundo, e não há nenhum fato ou acontecimento que justifique a dominação do sexo masculino sobre o feminino. Isso torna essa categorização da mulher como minoria, quando comparada a outros grupos, inconveniente, pois seu número não é inferior. Logo, essa lógica de dominação de maioria para minoria é inaplicável, uma vez que o índice numérico de indivíduos do sexo masculino e feminino é praticamente igual. A mulher não deveria ser dominando por esse motivo, nem estar inclusa na minoria (DIOTTO, 2017).

Como explicar tal relação entre os dois sexos? Para Beauvoir, este é um caso que foge do comum aspecto de fatos ou acontecimentos históricos. É uma ideia mais associada a uma vertente do conceito de mulher (1970, p. 12-13):

Elas são mulheres em virtude de sua estrutura fisiológica; por mais longe que se remonte na história, sempre estiveram subordinadas ao homem: sua dependência não é consequência de um evento ou de uma evolução, ela não *aconteceu*. E, em parte, porque escapa ao caráter acidental do fato histórico que a alteridade aparece aqui como um absoluto.

Nesse sentido, é perceptível que o gênero está associado a aspectos de construções sociais do sexo, pautadas em características anatômicas. O homem, assim, provindo de crenças culturais pautadas em sua fisiologia, está no posto do poder, representando força, comandando. De maneira oposta, a mulher, também partindo de sua fisiologia, é considerada ser frágil, sendo educada para ser controlada, “domesticada”. Assim, essas diferenciações das maneiras como o indivíduo passa a ser tratado, se iniciam no período da gestação, quando se descobre qual o sexo do bebê. Logo, por meio de seus corpos e aspectos biológicos lhes são definidos os brinquedos, cores, roupas, ações, entre outros aspectos, que vão moldando os papéis que devem ser desempenhados pelos indivíduos do sexo masculino, destinado aos espaços públicos, externos a residência, e do sexo feminino limitado pelas paredes de casa (ALVES, 2018).

Ao comparar a mulher com ademais grupos sociais minoritários, evidencia uma outra questão indispensável para se compreender o porquê essa dominação masculina milenar ainda prevalece na sociedade atual. O discurso de outros grupos sociais, culturais e étnicos, quando contraposto ao grupo feminino deixam essas discrepâncias ainda mais evidentes. Isso

demonstra que estes fatos históricos não são algo permanentes ou constantes. Assim, quando a mulher se vê como algo descartável, sem importância, que não regressa a sua essência, é porque ela própria não realiza esse regresso. Outros grupos minoritários como negros, operários entre outros, empregam o sujeito “nós”, para se referirem a eles mesmo, assim os burgueses se tornam os “outros”. Já as mulheres raramente utilizam “nós”, para retrarem elas mesmas, elas utilizam “mulheres” para designarem a si próprias, da mesma forma que os homens empregam este termo, mas não se servem legitimamente como sujeito (BEAUVOIR, 2012, p.12).

Essa relação de subordinação feminina ao sexo masculino seria um dos preceitos responsáveis pela situação da mulher na sociedade. No período das Revoluções Industriais, o sistema capitalista vigente, objetivando o lucro e produtividade, contribuíram para a permanência e disseminação dessa concepção de incapacidade e sexo frágil. Contudo, devido ao modo de produção desenfreado e da necessidade de mais mão de obra operária nas fábricas, houve uma alteração no papel que a mulher exercia. Assim, a mulher que até então havia tido o seu papel vinculado a casa e afazeres domésticos, no período da era pré-industrial, característico por ter as atividades econômicas vinculadas as casas e agriculturas com terras cultiváveis. Assim, ao mesmo tempo em que os homens ficavam encarregados de lavrar os solos, com a ajuda das esposas, as mulheres eram encarregadas de realizar atividades associadas a manufatura, tais como tecer, fazer roupas, velas, sabão e todos os outros objetos essenciais para o bom funcionamento da vida familiar e doméstica, tais aspectos reforçavam o lugar da mulher como sendo em casa (DAVIS, 2016).

Ainda nessa temática Beauvoir (2012), ilustra a relação entre opressor-oprimido, construídos ao longo dos anos, no qual a mulher está sempre conectada aos afazeres domésticos, de acordo com os interesses econômicos, trabalho, política e status sociais dos homens, que contém ligação direta com as mulheres, sejam eles seus pais, maridos ou irmão. Cria-se também, uma correlação em que as mulheres pertencentes à burguesia, e brancas, possuem uma solidariedade aquelas do mesmo sexo, posição social e etnia, não às mulheres pretas ou de outras etnias.

É possível, assim, pensar que outras minorias, como negros ou até judeus, poderiam, supostamente, constituir uma bomba relógio, destruindo tudo e reconstruindo uma humanidade que seja composta por homens negros ou judeus. Contudo, é impossível propor uma sociedade inteiramente constituída de mulheres, uma vez que não se pode exterminar os homens. Pois a intensa relação entre oprimido e opressor, entre os sexos opostos binários, com um grande histórico, não se compara a qualquer outro, ou seja, essa divisão entre sexos transcende aspectos socioculturais e políticos, mas está, principalmente associado a questões biológicas.

Além desses fatos, outras características que contribuíam para reforçar a ideia de que a mulher era dona de casa, era que ela era vista como ser reprodutivo que tinha que cuidar da educação de seus filhos, e para atender às vontades e exigências de seus maridos. De acordo com o contexto, as mulheres desse período eram “vistas” como produtivas no que concernia a atividades domésticas. No entanto, com o avanço das Revoluções Industriais, o trabalho doméstico foi substituído em muitos casos, para as fábricas, concomitantemente estes aspectos, a ideia de feminilidade resultou na criação de uma imagem de perfeição para aquelas mulheres que eram mães e esposas. A princípio, havia uma certa igualdade de salários para os operários de ambos os sexos, o que configura uma independência, enquanto aquelas que ainda eram donas de casa dependiam de seus maridos financeiramente, mas independentemente de tais situações a mulher ainda era vista com uma extensão de seus maridos, ou seja, suas serviçais. Já quando observadas pelo escopo de seus papéis maternos, eram idealizadas como uma ferramenta para reprodução. Vale ressaltar que todos esses aspectos associados a vida de dona de casa,

principalmente das mulheres brancas era composta por diversas incoerências e paradoxos, sendo inerente a resistência delas a mudança (DAVIS, 2016).

Nesse contexto industrial, era inevitável que ocorresse uma resistência a esse modelo de perfeição e onipotência designado a mulher, que persiste até o presente ano de 2020. Isso ocorre principalmente porque houve a necessidade de inserção da mulher no mercado de trabalho, devido a demanda de aumento de capital associado ao crescimento do número de trabalhadores a um custo baixo, pois devido as relações hierárquicas provindas de uma sociedade patriarcal, as mulheres subjulgadas têm um salário inferior aos homens, além de serem submetidas a condições mais precárias que os sujeitos do sexo masculino. Entranto, esses aspectos impactaram diretamente nos ideias do movimento feminista, principalmente no mercado de trabalho brasileiro, ao tratar, na segunda fase da Industrialização, pautas como inserção de classes e diferentes etnias, contribuindo para algumas conquistas alcançadas por elas, não apenas no trabalho como em âmbito socioeducacional, político e econômico (SIQUEIRA, 2020).

A partir desse momento, mulheres de diferentes etnias e posições sociais, começaram a questionar sua insatisfação com a situação opressora na qual viviam. Essas manifestações sempre demonstravam suas angústias e amargura em instâncias como a vida doméstica, o casamento, para as operárias era a condição de vida nas fábricas, entre outros (DAVIS, 2016).

Essas primeiras manifestações contrárias ao sistema vigente, no norte dos Estados Unidos da América, foram caracterizadas pelas mulheres terem feito uma analogia à escravidão (DAVIS, 2016, p.52- 53):

As mulheres brancas do Norte – tanto as donas de casa de classe média quanto as jovens operárias frequentemente evocavam a metáfora da escravidão quando tentavam expressar suas respectivas opressões.

[...]Em 1836, quando as operárias de Lowell, Massachusetts, entraram em greve, marcharam pela cidade cantando:

Oh, eu não posso ser uma escrava,
Eu não serei uma escrava,
Oh, eu amo demais a liberdade,
Eu não serei uma escrava.

Essa realação contém aspectos importantes, uma vez que essas retaliações eram sempre acentuadas, com ações violentas, tais como queimar escolas em que os professores buscavam debater sobre questões de escravidão. Ao longo do período abolicionista mulheres brancas operárias e de classe média, mesmo sofrendo com aspectos patriarcais e machistas, eram submetidas a uma opressão menos severa que as mulheres negras escravas. Assim, o movimento abolicionista recebeu o apoio de indivíduos do sexo feminino independente da etnia e classe, pois as mulheres brancas, além de se identificarem com a causa, viam uma possibilidade de também terem espaço e voz nas discussões e ambientes públicos, constituindo assim uma forte luta contra a opressão (DIAS, 2020).

Contudo, essa analogia traz algumas problemáticas apresentadas por Daves (2016, p.53):

Na metade inicial do século XIX, a ideia de que a milenar instituição do casamento pudesse ser opressiva era de certa forma recente. As primeiras feministas podem ter descrito o matrimônio como uma “escravidão” semelhante à sofrida pela população negra principalmente devido ao poder impactante dessa comparação – temendo que, de outra maneira, a seriedade de seu protesto se perdesse. Entretanto, elas aparentemente ignoravam que a identificação entre as duas instituições dava a

entender que, na verdade, a escravidão não era muito pior do que o casamento. Mesmo assim, a implicação mais importante dessa comparação era a de que as mulheres brancas de classe média sentiam certa afinidade com as mulheres e os homens negros, para quem a escravidão significava chicotes e correntes.

Todo esse contexto apresentado pela escritora, tornou-se determinante para impulsionar as primeiras manifestações entre grupos considerados minoritários, principalmente feminino, como o apoio ao movimentos abolicionistas nos EUA no século início do XIX, em que muitas mulheres brancas, sendo elas donas de casa ou trabalhadoras, começaram a participar efetivamente das mobilizações e manifestações abolicionistas. Ao passo que as mulheres de classe média se tornavam mais ativistas e organizavam campanhas antiescravagistas, as operárias ajudavam com seus pequenos salários e realizavam bazares como forma de arrecadar fundos. Vale ressaltar que no ano de 1833, foi constituída a Sociedade Antiescravagista Feminina da Filadélfia, nos vestígios da Sociedade Escravagista Estadunidense, nesse período o índice de mulheres brancas que davam suporte às reivindicações e problemáticas da população negra, era o bastante para determinar essa relação entre esses dois grupos de minoritários (DAVIS, 2016).

A partir desse fato assomado a várias revoluções e acontecimentos históricos, questionamentos, insatisfação e reflexão começam a aumentar, fortalecer e a ser disseminados esses ideais por diversos países. Desse modo, as pessoas começaram a sair desse torpor no qual estavam a séculos. Principiavam uma era por busca e luta pelo direito e igualdade da minoria e das mulheres em relação ao grupo dirigente.

Nesse aspecto, o jornal BBC (2017, p. 1), discorre sobre um acontecimento que extremamente importante para esse reconhecimento da luta das mulheres por igualdade de gênero. Assim, em 1975 a ONU (Organização das Nações Unidas) oficializou o 8 de março como sendo o dia Internacional das Mulheres. Essa data tem como objetivo principal simbolizar a luta feminina por seus direitos, voz, espaço, respeito e igualdade, que lhes foram negadas por muitos séculos. Além de exaltar as conquistas femininas em âmbito político, social e cultural.

Entretanto, os redatores do jornal afirmam que por muitos anos a existência desta estava, para a população brasileira principalmente, associada ao incêndio que ocorreu em 25 de março de 1911, em uma fábrica Triangle Shirtwaist Company, localizada em Nova Iorque. Onde houveram 146 vítimas fatais, sendo 125 mulheres dentre elas e 21 homens, que majoritariamente eram judeus (outro grupo que integra as minorias), o que evidenciam as péssimas condições de trabalho ao qual o proletariado era submetido (JORNAL BBC, 2017, p.1).

No entanto, há outros acontecimentos que antecederam ao citado anteriormente. Tais como uma grande passeata realizada por mulheres na cidade de Nova Iorque, que ocorreu em 26 de fevereiro de 1909. Onde entorno de 15 mil mulheres marcharam pedindo por melhores condições de trabalho. Em 1910, a alemã Clara Zetkin estava a frente para a organização da Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, tinha como objetivo criar uma manifestação anualmente em prol da dos direitos trabalhistas da mulher. Por fim em 8 de março de 1917, ocorreu na Rússia, um protesto de um grupo de operárias contra a Primeira Guerra Mundial e a fome, ato este que influenciou a Revolução Russa. Após a Revolução Bolchevique, os então soviéticos determinaram esta data para comemorar e solenizar a mulher como heroína e trabalhadora (JORNAL BBC, 2017).

Durante o século XX como consequência das Revoluções Industriais, Guerras Mundiais, crises econômicas, entre outros fatores socioculturais, as mazelas da sociedade vigente se tornavam cada vez mais expostas e escancaradas. Nesse sentido, diversas manifestações de trabalhadores e jovens, principalmente estudantes, começaram uma onda de

protestos. Assim, o meio acadêmico iniciou uma luta por igualdade por grupos que compunham a minoria e que sofriam a dirigentes da sociedade vigente, tais como negros, judeus, LGBTQIA+ e as mulheres.

Neste mesmo século, houve o Modernismo, um movimento cultural, social e artístico, que influenciou obras em diversas vertentes artísticas, como pintura, escultura, literatura, arquitetura e música. Ele foi o precursor de escolas, estilos e outros movimentos socio artísticos, tais como Cubismo, Surrealismo, Impressionismo, entre outros. Contudo, embora tenha impulsionado a existência de diferentes linhas artísticas, todas elas tinham em comum um dos preceitos do movimento moderno, discutir sobre as mazelas, hipocrisia, rapidez e desigualdades do mundo moderno.

Sendo um período de discussão, questionamento e reflexões, as obras artísticas desse período ganham um caráter vanguardista. Os artistas se desvencilham da ideia de fazer algo belo, para a agradar o senso estético da massa, e próximo a realidade. Assim, elas passam a causar sustos, a chocar, incomodar, causar reflexão, entre outros sentimentos não tão agradáveis. Entretanto, com isso, os artistas refletem e questionam sobre as adversidades e infortúnios da sociedade moderna. Suas artes passam a ter um cunho social, a ser um ato político.

A professora Daniela Diana, em seu texto intitulado *Modernismo no Brasil*, apresenta como se deu o início do modernismo brasileiro (2019, p.1):

O modernismo no Brasil teve como marco inicial a Semana de Arte Moderna, em 1922, momento marcado pela efervescência de novas ideias e modelos. Lembre-se que o modernismo foi um movimento cultural, artístico e literário da primeira metade do século XX.[...]
[...] surge num momento de insatisfação política no Brasil. Isso, em decorrência do aumento da inflação que fazia aumentar a crise e propulsionava greves e protestos. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) também trouxe reflexos para a sociedade brasileira. Assim, numa tentativa de reestruturar o país politicamente, também o campo das artes - estimulado pelas Vanguardas Europeias - encontra-se a motivação para romper com o tradicionalismo.

Dentre as diversas características do modernismo brasileiro, algumas delas se destacam, segundo Diana (2019), são elas: um rompimento com o tradicional, maior liberdade estética e formal (com o emprego de versos mais livres, sem métricas precisas e em alguns casos ausência de pontuação), uma linguagem mais humorística e crítica, valorização da vida cotidiana, entre outros aspectos.

Um marco do início do modernismo brasileiro foi a Semana de Arte Moderna de 1922, onde diversas obras, de artistas conhecidos como Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, chocaram a população. Dentre os diversos questionamentos que eles incitavam, o principal deles seria sobre identidade da arte brasileira. A partir deste momento, houve uma preocupação com a história e patrimônio do país, criando órgãos públicos para que zelassem pelos bens patrimoniais, e garantisse que as gerações futuras tivessem acesso a memória e sua história.

Contudo, embora o movimento modernista levantasse essa questão da identidade brasileira como um todo, ele também ensejou diversas reflexões sobre a sociedade moderna no país. Assim, como em outros países, as obras de arte procuravam provocar a população acerca da desigualdade e desprezo do governo e outros grupos dirigentes em relação os indivíduos que compunham a minoria, como operários, mulheres, comunidade LGBTQIA+, indígenas e negros. E, ao trazer esse caráter mais sociopolítico da arte, entendendo-a como um meio de passar uma imagem, ela influenciou no período da ditadura, de 1964-1985, em que o Brasil

ficou conhecido por grandes obras literárias, musicais e teatrais, como forma de oposição à censura e regime militar.

A escritora Talita de Carvalho, sobre esse período ainda acrescenta (2018, p.1): “Apesar das restrições à liberdade de imprensa e de expressão – impostas pela censura – muitos artistas, músicos e cineastas manifestavam seu posicionamento contrário ao regime, ainda que de maneira metafórica – para não serem condenados como opositores ao regime.”

Contudo, nesse período as manifestações antigovernos fascistas e ditatoriais já não estava apenas sob a influência do modernismo, mas de um outro movimento artístico oriundo do primeiro, denominado Pós-modernismo.

Durante o modernismo diversas questões sociais começaram a ser pautadas com mais afinco. Em um contexto histórico-social marcado por guerras, pelas discussões das relações de poder e mercantilistas vigentes e pelo início de movimentos estudantis ligados a luta pelas minorias sociais, o pós-modernismo, a partir de 1950, é um movimento que vai além de um estilo artístico e arquitetônico marcado por características semelhantes presentes nas obras, como tipologias, linguagens etc. É um movimento marcado por ideais, críticas, novas propostas, por uma enorme pluralidade, sendo difícil encontrar um padrão que possa caracterizar todas as obras em si. É um ato político, pois é nesse exato momento que começa a priorizar o papel do arquiteto como cidadão ativo politicamente, como fundamental para a formação do contexto social e político no qual está inserido.

Assim, algumas questões vigentes principiam a ser debatidas, as pessoas, principalmente aquelas que compõem grupos minoritários, começam a ganhar ainda mais espaço e voz, e questões de gênero, étnicas, capitalistas e sociais se tornam protagonistas nesse momento.

Nesse sentido, surge, na década de 1960, um debate sobre um dos importantes paradigmas do pós-modernismo, o Feminismo, tendo início no período da corrente artística do Surrealismo, com a primeira exposição em Nova York de obras realizadas por mulheres. Começa-se, então, a discutir a presença da mulher no meio artístico e na sociedade, as disparidades a qual são submetidas em uma sociedade machista secular como agressões verbais e físicas, a falta de direitos que velassem por elas, diferenças de salários e oportunidades de emprego, tratadas com insignificância e inferioridade pela a condição de serem mulheres. Além de existirem todas essas questões, é importante ressaltar que as mulheres tinham um papel na sociedade, no campo da pintura e das artes, de musas inspiradoras. Eram sempre retratadas nas obras de arte, em grande parte, seminuas. Embora a questão não seja sobre retratar o nu feminino ressalta-se, aqui, o fato de que o corpo da mulher era de certa forma objetificado, pela sociedade machista.

Desse modo, a partir do modernismo que os artistas deixam de buscar agradar e deixar seus trabalhos ‘belos’, suas obras passam a causar espanto, surpresa e até ser desagradável, pois tinham o propósito de representar essa chocante e perturbadora realidade na qual seus espectadores viviam. Ao criar essa crítica tinham o propósito de incentivar a reflexão, para que aqueles que presenciassem as obras surrealistas se sentissem impelidos a transformar de alguma maneira o espaço onde viviam.

Assim, por anos persistiu essa ideia de inferioridade feminina trazida por uma sociedade machista e patriarcal. Durante muito tempo, seja em obras artísticas ou arquitetônicas havia uma objetificação do corpo feminino, em que sua importância era apenas como modelos para as obras e geralmente eram retratadas nuas ou seminuas, sendo de alguma forma sexualizadas.

Contudo, no período do Modernismo e do movimento artístico do Surrealismo as perspectivas começaram a mudar, a partir do momento em que as mulheres conseguiram alcançar diversas conquistas, como a possibilidade de trabalhar, o direito ao voto, direito ao

esporte, entre outros. Nessa época é importante ressaltar que as universidades aumentaram seu contingente de alunos, a partir do momento em que pessoas de diferentes etnias e gêneros começaram a frequentar as Faculdades. Nesse sentido, o meio acadêmico começou a se preocupar com questões mais sociais, principalmente, em busca da defesa de minorias como as mulheres, os negros e os homossexuais.

Conforme destaca acima, o movimento surrealista surgiu a partir do Dadaísmo, outro movimento artístico. O termo surgiu, segundo o autor Will Gompertz, em seu livro *Isso é Arte?* da seguinte forma: “o poeta francês – e amante da maior parte das coisas modernas – Guillaume Apollinaire inventou a palavra em 1917.” Segundo Gompertz, (GOMPERTZ, 2013, p. 254):

Apollinaire também usou a palavra em seu programa para **Parade** (1917), um novo balé do lendário Ballets Russes de Serguei Diaguilev que o poeta descreveu como “**une sorte de sur-réalisme**” – uma espécie de surrealismo, com o que queria dizer “além do realismo”. “Além do admissível” teria sido uma descrição mais apropriada nas mentes da maior parte da plateia na noite de estreia do balé. (GOMPERTZ, 2013, p. 254)

O escritor ainda trata sobre essa influência da arte surrealista impactante na sociedade vigente e futura, rompendo com alguns preceitos artísticos até então. Este movimento que estava em seu apogeu nas primeiras décadas do século XX, e mesmo que ele tenha perdido forças ao longo dos anos, sendo finalizado próximo ao período da Segunda Guerra Mundial, ele ainda continua causando impacto nas pessoas em 2021. O autor afirma que tal aspecto está associado ao conceito da palavra que se tornou algo familiar e usual no cotidiano, sendo que Surrealismo, nesse caso, é empregado de acordo com sua etimologia, derivada do adjetivo surreal. Em uma das analogias do autor, ele se refere as alucinações e devaneios do personagem Homer em os Simpsons um *cartoon* originário da tv norte americana e aos poucos ganhou uma popularidade em âmbito mundial, evidenciando como ele deixou marcas na sociedade contemporânea. Desse modo, o adjetivo surreal é utilizado para expor uma obra artística com uma conotação mais associada a mistério, assustador ou incomum, entre outras (GOMPERTZ, 2013).

A partir desses aspectos, vale ressaltar que o Surrealismo se tornou uma forma de manifestação artística e crítica da sociedade vigente e principalmente da própria arte, além de questionar as mazelas da sociedade moderna em geral. Entretanto, embora já tenha se passado aproximadamente um século do seu ápice, por quê tais preceitos permanecem tão recorrentes? Em um aspecto geral isso pode-se dar pelo fato de que as discussões advindas desse período moderno ainda são necessárias, uma vez que a sociedade ainda é regida por sistemas capitalistas, machistas, racistas e excludentes, ou seja, embora ao longo dos anos se tenham alcançado algumas vitórias, ainda há muito por fazer. O fato de tais preceitos excludentes, imediatistas e capitais ainda estarem imperando entre os grupos sociais, tornam-se essenciais formas de expressão artísticas que possam trazer mais críticas discussões para os telespectadores sobre a maneira como vivem.

Dentre os anos de 1850 a 1930 as mulheres realizando trabalhos artísticos era algo tolerável e muito raro, contudo, não recebiam o reconhecimento por seu trabalho como os artistas do sexo oposto. Um exemplo seriam as impressionistas Berthe Morisot e Mary Cassatt (1844-1926), as futuristas e construtivistas russas Sonia Terk, Lyubov, Aleksandra Ekster e Natalia Goncharova. No entanto, elas eram uma exceção, uma vez que mulheres realizando tais feitos, que não associada aos deveres domésticos e subserviência eram mal vistas. Porém, neste período foi realizada uma exposição de Artes em Nova Iorque apresentando os trabalhos de

apenas artistas mulheres. É importante ressaltar que Marcel Duchamp¹, artista surrealista, contribuiu para que este evento acontecesse, sendo um precursor dessa exposição. Além de ter sido um dos idealizadores, ele também convidou insistentemente sua amiga e artista mexicana Frida Khalo², que contribuiu com a exposição de algumas de suas obras (GOMPERTZ, 2013).

Os trabalhos retratados tinham o objetivo de trazer reflexões sobre questões tão caras e delicadas para o meio artístico realizando, por vezes, críticas sociais ao modelo vigente, sendo ele capitalista, neoliberal, machista, racista, patriarcal, entre outros adjetivos cabíveis ao contexto. É nesse período que a arte ganha importância e relevância como veículo de transmissão de questionamentos, ganha um papel social. Assim, a preocupação estética está extremamente atrelada à ideia e mensagem que será transmitida.

Desse modo, o artista não busca agradar e deixar seus trabalhos ‘belos’. Ele busca causar espanto, surpresa e até ser desagradável, pois tinham o propósito de representar essa chocante e perturbadora realidade na qual seus espectadores viviam. Ao criar essa crítica tinham o propósito de incentivar a reflexão, para que aqueles que presenciassem as obras surrealistas se sentissem impelidos a transformar de alguma maneira o espaço onde viviam.

Nesse sentido, o trabalho feminino, até então obsoleto por questões atreladas ao preconceito, ganha grande destaque nessa primeira exposição de arte surreal que continham obras de artistas mulheres. Para Gompertz (2013, p.257):

No final de 1942, Peggy Guggenheim – uma rica colecionadora e *marchand* de arte moderna norte-americana – pediu-lhe para organizar uma exposição em sua galeria Art of this Century em Nova York. Duchamp lhe fez uma sugestão surpreendente: por que não montar uma exposição que apresentasse unicamente a obra de mulheres? Francamente, esse é o tipo de ideia vendida hoje como “progressista”; naquela época, beirava o blasfemo. Por isso foi perfeita para Peggy. Sua galeria seria o assunto da cidade e ninguém ousaria criticá-la porque a ideia fora de Duchamp, artista que havia assumido o status de divindade em meio às classes fofoqueiras de Manhattan.

Este foi o evento precursor, marcando o início de várias manifestações artísticas e sociais, que contribuíram em diversas lutas cotidianas enfrentadas pelas mulheres em busca de espaço na sociedade, por respeito e constante luta por igualdade de gênero. Desse modo, as mulheres utilizaram a arte para transmitir diversas mensagens que pudessem de alguma forma reivindicar e exigir seus direitos, trazendo uma reflexão para os espectadores, sejam eles do sexo feminino ou não.

Dentre essas manifestações socioculturais, é importante frisar que o Feminismo, tendo iniciado suas primeiras discussões durante a Revolução Francesa, no período do Iluminismo (início do século XVIII), ganhou outras roupagens ao longo dos anos. No século XIX, com todas as Revoluções Industriais e uma nova organização social espacial urbana, culminaram em uma nova roupagem para o movimento que lutava por igualdade entre homens e mulheres, como também melhores condições de vida e trabalho (CANCIAN, 2016). Assim, no período da corrente artística do Surrealismo, além das diversas manifestações, projetos de lei, a primeira exposição em Nova York de obras realizadas por mulheres, este movimento ganha um pouco mais de força.

¹ Marcel Duchamp (1887-1968), foi pintor, escultor e poeta, integrante do movimento artístico do Surrealismo, década de 1920. Nascido em Neuilly-sur-Seine, França, se mudou para os EUA em 1955, onde realizou diversas exposições levando a ideia surrealista para o mundo (FRAZÃO, 2019).

² Magdalena Carmen Frida Kahlo y Calderón (1907-1954), foi uma pintora nascida na cidade Coyoacán, no México. Sua arte é caracterizada por representar retratos e auto-retratos, obras relaxionadas à natureza e à morte.

Começa-se, então, a discutir a presença da mulher no meio artístico e na sociedade, as disparidades a qual são submetidas em uma sociedade machista secular como agressões verbais e físicas, a falta de direitos que velassem por elas, diferenças de salários e oportunidades de emprego, tratadas com insignificância e inferioridade pela a condição de serem mulheres. Além de existirem todas essas questões, é importante ressaltar que as mulheres tinham um papel na sociedade, no campo da pintura e das artes, de musas inspiradoras. Eram sempre retratadas nas obras de arte, em grande parte, seminuas. Embora a questão não seja sobre retratar o nu feminino ressalta-se, aqui, o fato de que o corpo da mulher era de certa forma objetificado, pela sociedade machista.

Nesse aspecto, este primeiro evento que ensejou uma participação mais ativa das artistas femininas, foi o precursor de muitos outros, contribuindo para firmar o espaço da mulher, como protagonistas de suas próprias obras de artes, sem subterfúgios, objetificações ou desprezo. Um espaço no qual poderiam manifestar seus ideais, permitir questionamentos, espargir sua luta e preceitos de igualdade de gênero e convidar a todos para uma reflexão e se unir a elas nessa incessante batalha. Assim, aos poucos conquistaram um espaço para propagar suas vozes, que não seriam caladas.

Vale frisar que por séculos não houveram trabalhos artísticos produzidos por mulheres, ou então faziam posavam como modelos para serem retratadas. Vale ressaltar quem em sociedades medievais homens se vestiam de mulher, para representa-las, pois elas mesmo não podiam. Então, o papel feminino no meio artístico, estava associado e relegado a objetificação do corpo feminino. Posteriormente, durante as revoluções industriais as autoras utilizavam codinomes e pseudônimos masculinos para terem suas obras publicadas, um exemplo seria a escritora inglesa Joanne Rowling, conhecida por J. K. Rowling autora de uma das coleções de livros mais conhecidas do mundo, Harry Potter. Como também a britânica Mary Ann Evans, com pseudônimo de George Eliot e a francesa Amantine Dupin conhecida por George Sand, entre outras que tiveram que ocultar seus verdadeiros nomes, para conseguirem publicar seus textos sem sofrerem censuras ou represálias por serem mulheres (COSTA, 2018).

Nos últimos anos, outra personalidade feminina que vem encantando o público jovem é a Vivian Villanova formada em Comunicação Social, tendo experiência na área de publicidade, televisão, cinema e revistas, é atualmente uma vlogueira³. É a responsável por postar vídeos periódicos singulares, sobre temas relacionados à arte e sua história, criadora do canal VivieuVi, na plataforma do *YouTube*, comenta de maneira descontraída sobre questões associadas aos movimentos artísticos. Em um de seus vídeos ela apresenta diversos grupos e artistas solos, em uma de suas vertentes ela fala principalmente de artistas mulheres, tentando sempre trazer informações e exaltar as artes femininas.

Um desses grupos seria *Guerrilla Girls*, um grupo de artistas femininas, que utilizam máscara de gorilas. Sendo fundadas em 1985, sendo uma consequência a exposição do Museu de Arte Moderna de Nova York (MOMA), onde de todos os 165 artistas que participavam da exposição apenas 13 eram mulheres. Assim, elas definiram se reunir objetivando realizar um protesto por meio de uma crítica e discussão do papel e lugar da mulher no meio artístico. Objetivando juntar dois nomes que transpassassem uma ideia de luta e resistência elas uniram as palavras Guerrilha e Gorila, resultando no nome Guerilla Girls, em suas apresentações e aparições públicas as artistas utilizavam máscaras de gorila, sendo que cada uma delas utilizaram nomes de figuras femininas importantes na história da arte como Frida Khalo e Kati Kovski, elas também alegam que se sentem como vingadoras mascaradas, como Robin Wood,

³ Vlogueira é a pessoa que faz vídeos e que geralmente tem um canal no *Youtube* (plataforma de vídeos na *Internet*). *Vlog* é algo semelhante ao *blog*, apenas diferencia no formato, pois ele não é em texto, mas predominantemente em vídeos.

Batman, entre outros. A utilização de máscara e pseudônimos são uma forma importante de anonimato, objetivando que o foco se atenha todo às suas manifestações artísticas e principalmente com a mensagem e reflexão que irão propor em suas obras, além de contribuírem para evitar prejudicar suas carreiras individuais e suas vidas pessoais, além da utilização da máscara ser algo inerente e singular para o grupo (VILLANOVA, 2018).

É importante salientar que as obras realizadas pelas *Guerrilla Girls* estão diretamente associadas ao ideal feminista, sendo um grupo icônico responsável por diversas manifestações artísticas que criticam as questões machistas, de desigualdade de gênero, patriarcais ainda vigentes na sociedade contemporânea, procurando incitar uma reflexão entre seus espectadores. De acordo com o *site* oficial desse grupo:

As Guerrilla Girls são artistas ativistas feministas. Usamos máscaras de gorila em público e usamos fatos, humor e visuais ultrajantes para expor preconceitos étnicos e de gênero, além de corrupção na política, arte, cinema e cultura pop. Nosso anonimato mantém o foco nas questões e longe de quem somos: poderíamos ser qualquer um e estamos em todo lugar. Acreditamos em um feminismo interseccional que combate a discriminação e apóia os direitos humanos de todas as pessoas e de todos os sexos. Prejudicamos a ideia de uma narrativa convencional, revelando o sub-histórico, o subtexto, o esquecido e o injusto. Realizamos centenas de projetos (pôsteres, ações, livros, vídeos, adesivos) em todo o mundo. Também fazemos intervenções e exposições em museus, espalhando-as em suas próprias paredes por seu mau comportamento e práticas discriminatórias, incluindo nossa projeção furtiva de 2015 na fachada do Museu Whitney sobre desigualdade de renda e a arte sequestradora super rica. Nossas retrospectivas em Bilbao e Madri e nossa exposição itinerante nos EUA, *Guerrilla Girls: Not Ready To Make Nice*, atraíram milhares. Recentemente, produzimos novos projetos de ruas e museus na Tate Modern e Whitechapel Gallery, Londres; Museu de Arte de São Paulo; Museu Van Gogh, Amsterdã; Museu de História Militar, Dresden; Art Basel Hong Kong; e muitos outros lugares. O que vem a seguir: mais reclamações criativas!! Mais intervenções!! Mais resistência!!!

O grupo visa, por tanto, propor uma discussão mais clara sobre questões de igualdade entre gênero e sobre a incessante luta das mulheres por mais respeito e equidade, seja em âmbito profissional, intelectual, social, político, artístico, cultural, quando comparadas com os homens.

Desse modo, ao se pensar na arquitetura como uma manifestação artística e no urbanismo como uma expressão do ser humano no espaço onde vive, é inevitável que aspectos como patriarcalismo e machismo, assim como a infundável luta das mulheres por igualdade de gênero, as influenciam diretamente. É possível ver, por exemplo, obras arquitetônicas produzidas por mulheres com uma profunda mensagem, significação e sincronicamente ter centros urbanos pouco favoráveis para o usufruto da mulher, uma vez que morfologias das cidades ainda estão associadas ao pensamento vigente arraigado, no qual privilegiam o homem como ser transeunte dos espaços públicos, como foi apresentado pelos preceitos do modelo Vitruviano. Dessa forma, as morfologias urbanas ainda muito utilizadas favorecem a existências de espaços escuros, onde não há câmeras de segurança, afastados, como becos, vielas e ruas sem saídas, que propiciam e legitimam atos de coerção, abusos, violências e estupros, causados pelo grupo dirigente, em sua maioria homens brancos héteros, para com a minoria e os mais frágeis, como mulheres.

Assim, embora já tenham se passado anos, o modelo falocêntrico apresentado no período do Renascimento e Humanismo, séculos XV e XVI, momento em que o teocentrismo é substituído por ideias antropocêntricas, permanece arraigado ainda no século XXI. Desse

modo, é um período conhecido por suas diversas formas e obras artísticas, sendo pinturas, esculturas ou arquitetura, que retratam o corpo humano.

Este momento marcado pelo antropocentrismo foi importante também para o meio construtivo ao se utilizar o Tratado de Vitruvius,⁴ que viria a nortear a forma como se deram as construções na Itália Renascentista. Nesse momento, a mulher começa a aparecer um pouco mais para a sociedade, sendo retratada em pinturas e esculturas. Nesse sentido, torna-se evidente essas questões de gênero⁵ no meio artístico, determinantes na forma como as mulheres são tratadas até hoje pela sociedade.

Assim, segundo o doutor em arquitetura e urbanismo Breno Luiz Thadeu da Silva, em seu artigo *O radicalmente outro nas cidades*, essas discussões de gênero influenciam na seguinte questão (2016, p. 178):

Agora pode-se aportar no espaço desse *ethos*, que assume sua forma mais acabada na imagem da cidade contemporânea vista de longe com seus grandes edifícios falocêntricos e que clamam aos céus, mas que não passam da “evolução natural entre o homem e o macaco”.

Nesse sentido, ainda sobre essa temática com um viés arquitetônico mais falocêntrico que perdurou por anos na sociedade, Sirlândia Souza Santana, em seu texto *A Arquitetura do Feminino* (uma das poucas pesquisas encontradas sobre o tema) discute sobre a influência de ser homem e mulher no meio arquitetônico e urbanístico (2010, p. 9-10):

A emergência de diversos esquemas de comportamentos pode viabilizar o entendimento de que existem várias formas de ser mulher e de ser homem. Assim, a política cultural no processo formativo dos educadores é condição *sine qua non*, principalmente os educadores femininos, para que estes possam superar sua atitude de negação relativa ao especificamente feminino que tende a valorizar esquemas do pensamento masculino. Desse modo, a formação continuada desses profissionais constitui-se como uma das possibilidades de minimizar as mazelas provocadas por um currículo arcaico, autoritário e falocêntrico.

Para a escritora Lia Pereira Saraiva Gil Antunes, esse papel secundário e negligenciamento relegado às mulheres por anos e a desigualdade de gênero influenciam diretamente na arquitetura e urbanismo, uma vez que grande parte do discurso da sociedade contemporânea é embasado em aspectos heterogêneos e rupturas, assim a arquitetura, consequentemente teve que se reformular constantemente como para seguir as modificações ao longo dos anos, para não se tornar algo alienante ao contexto no qual ela se encontra. Desse modo, segundo o modelo apresentado por Vitruvius, para se tornar um arquiteto era necessário adquirir saberes sobre diversos campos do conhecimento, de uma forma geral, para se aproximar ao que poderia ser considerado um artista perfeito. No entanto, nos últimos anos essa ideia de arquiteto como um artista redentor de um vasto saber, foi sendo desconstruída, ele passou a ser compreendido como um ser que pode, também, trabalhar em equipe e com a interdisciplinaridade, trazendo novos conceitos e ideias associadas a arte construtiva, e questionando assim, antigos conceitos e dogmas, acabando com algumas ideias convencionais, resultando uma nova roupagem para sua conceituação (s.d.).

⁴ Obra publicada no período da Idade Média (476 d.C. – 1492).

⁵ Vale ressaltar que a discussão de gênero desse período não é a mesma de hoje em dia. Nesse período a luta era mais voltada para questões acadêmicas e hoje trata questões mais sociais, políticas e culturais como um todo, procurando defender a posição da mulher e luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres.

É evidente que esta nova roupagem e noções construtivas presentes na arquitetura são advindas de diversos aspectos socioculturais, avanços tecnológicos, políticas e econômicas, entre outras. Mas uma delas seria o fato de aqueles que compõem os grupos minoritários, principalmente as mulheres estarem alcançando cada vez mais seu espaço no mercado de trabalho, principalmente construtivo. Tal alteração consequentemente, contribuiu para a alteração da forma como se compreende a arquitetura.

Segundo Gebrim e Sanches (2003, p.1), além dessa luta por igualdade, outras questões foram determinantes para o aumento do índice de mulheres trabalhando ao longo dos anos, sendo eles: “[...]a emancipação feminina e a opção por um projeto profissional, o desemprego ou a perda de renda do cônjuge e o crescimento do número de mulheres chefes de famílias.”

Mesmo que o ingresso de mulheres no mercado de trabalho esteja acontecendo gradativamente, ainda há diversas desigualdades quando comparadas aos homens. De acordo com Muniz (2018), segundo um estudo do IBGE de 2016 as mulheres brasileiras estudam mais que os homens, passam mais tempo ocupadas em tarefas domésticas e ganham menos do que eles.

Assim, devido a esses dados é possível perceber esta disparidade. A questão da mulher no mercado de trabalho é extremamente precária e desigual. Essa problemática é em âmbito mundial, ocorrendo em grande parte dos países independente de sua posição econômica. De acordo com Estevans (2019, p.1):

A desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho não diminui há 27 anos. É o que aponta um estudo da Organização Mundial do Trabalho (OIT), divulgado neste mês. A pesquisa vai além: em 2018, a probabilidade de uma mulher trabalhar foi 26% inferior do que a de um homem — uma melhoria de apenas 1,9% se comparado a 1991. A diferença salarial também segue como um dos pontos nevrálgicos dessa discussão, já que a distinção chega a 20% entre os gêneros, quando em cargos equivalentes. E mesmo nos países mais desenvolvidos, a equidade ainda parece ser um sonho distante. A Islândia, único país que alcançou a plena paridade de oportunidades de trabalho, segue sem oferecer igualdade de remunerações a sua população.

Não só havendo esses aspectos, outra característica que chama a atenção é o fato de que, ao longo dos anos, além da discrepância salarial que é evidente no século XXI, outras sanções foram adotadas, como a penalidade sobre a maternidade, entre outras:

Falar em igualdade de trabalho é, inevitavelmente, discutir direitos das mulheres gestantes, mães e lactantes. Chefiando 39% dos lares no País, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mães (principalmente as mães solo) ainda sofrem preconceitos. Quando o ônus de criar uma criança recai quase que exclusivamente sobre a figura materna — e esse aspecto cultural é naturalizado —, é inevitável que haja uma grande interferência negativa no futuro profissional das mulheres. (ESTEVANS, 2019, p.1).

Os índices apresentados por uma pesquisa realizada no Brasil, pelo FGV, apostam que aproximadamente 50% das mulheres desempregadas, perdem o seu trabalho em torno de um ano após o nascimento do bebê. Sendo que as mulheres que mais sofrem com a desigualdade trabalhista são aquelas que contêm filhos com idade inferior a seis anos. É importante frisar que esse aspecto da maternidade é mais uma questão utilizada para “justificar” as desigualdades, uma vez que em toda a sua carreira profissional a mulher tem suas oportunidades e possibilidades de alcançar um cargo de liderança dificultadas ou impossibilitadas (ESTEVANS, 2019).

Outro aspecto relevante é o fato de que as mulheres contêm outras obrigações além daquelas associadas ao trabalho, como tarefas domésticas e educar os filhos. Atividades essas que ainda são, em sua grande maioria, relegadas apenas ao sexo feminino. De acordo com Muniz (2018, p.1), a partir de uma pesquisa realizada pelo IBGE denominada: “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”:

Em 2016, 21,5% das mulheres de 25 a 44 anos de idade concluíram o ensino superior contra 15,6% dos homens na mesma faixa etária, mas o rendimento delas equivalia a cerca de $\frac{3}{4}$ da renda masculina. Enquanto a média de rendimento dos homens foi de R\$ 2.306, o das mulheres foi de R\$ 1.764. Ou seja, em média, as mulheres recebem 76,5% do montante recebido pelos homens. Elas estudam, trabalham fora, e ainda passam cerca de 73% a mais do tempo cuidando da casa e dos filhos do que os homens.

Para alcançar uma certa estabilidade ou um cargo de liderança no trabalho as mulheres precisam ter um nível de escolaridade superior ao dos trabalhadores do sexo masculino, e mesmo assim a disparidade de salários e condições de trabalho persistem. Isto é um reflexo dessa hierarquização e subversão do sexo feminino empregado a séculos na organização social pautada no machismo e patriarcado.

Nesse contexto, ao somar todas atividades domésticos entre outros, que a mulher precisa realizar ao longo da vida, para que consiga um emprego com mais facilidade e que possa firmar a permanência ela precisa estudar mais que os homens, e conseqüentemente, devido a esses afazeres, ela passa mais tempo trabalhando, no entanto, ganham menos que seus colegas do sexo masculino. Isso não ocorre apenas em aspectos monetários, mas também em diversos campo dos direitos trabalhistas, a ausência de respeito e reconhecimento no ambiente de trabalho (MUNIZ, 2018).

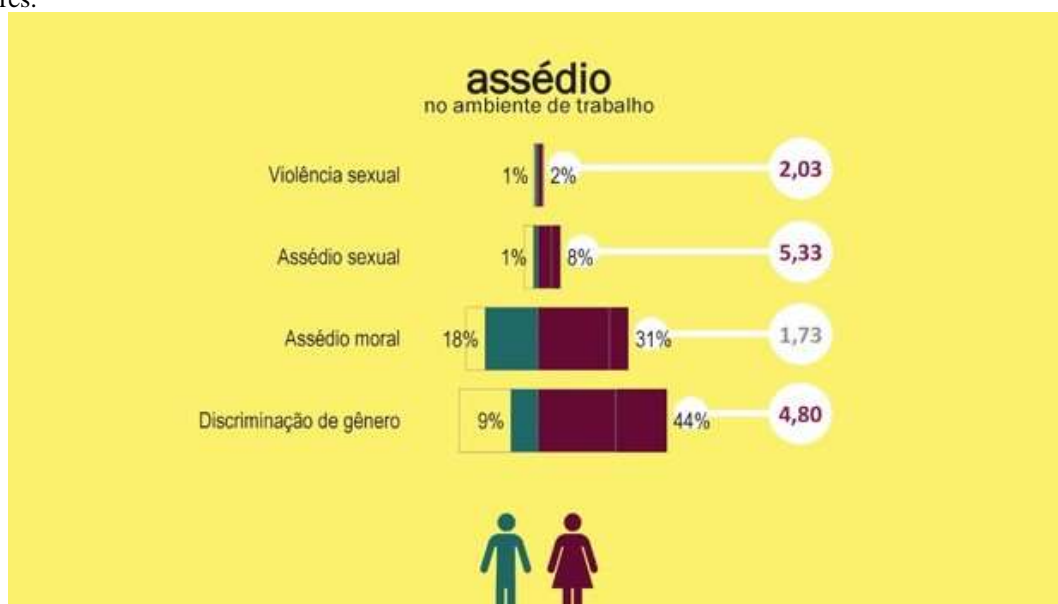
Ainda sobre esse aspecto, de acordo com uma pesquisa realizada em 2019 pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em todo a população do país, cerca de 23% dos brasileiros não estavam empregados e nem estudavam, no entanto, desse índice apenas 3% era de fato ocioso ou não realizava nenhuma outra atividade, uma vez que grande parte eram mulheres de baixa renda, que realizavam atividades domésticas. Contudo, embora sejam atividades que demandam tempo, esforço físico e emocional como qualquer outra, ela não se enquadra nos parâmetros de trabalho ou atividade produtiva. Segundo o levantamento do IBGE em 2016, as mulheres realizaram atividades domésticas ou cuidaram de outras pessoas aproximadamente 73% horas a mais que os indivíduos do sexo masculino, sendo um total de 18,10 horas a 10,50 horas. Como todas essas tarefas acabam tomando grande parte de seu tempo, conseqüentemente fica mais difícil conciliar horário para a realização de trabalhos remunerados, aumentando essa relação de dependência com seus parceiros (ROLNIK, 2019).

A violência contra as mulheres no ambiente de trabalho é algo que se arrasta por séculos. Por anos tais atitudes foram legitimadas ou então acobertadas por chefes e grandes corporações industriais. Embora diversos projetos legislativos tenham sido aprovados e algumas batalhas tenham sido vencidas e travadas pelas mulheres ainda há muito o que ser feito. Os dados evidenciam tais aspectos, de acordo com um estudo realizado pelo LinkedIn e Think Eva, em 2021, realizado com um total de 381 mulheres, no qual 47% afirma já ter sido vítima de um assédio sexual. Mas afinal o que seria considerado como assédio sexual? De acordo com o artigo 126-A do Código Penal, define o assédio sexual como uma ação que consiste em causar desconforto ou constrangimento a alguém, objetivando obter vantagem ou até mesmo um certo desfrute sexual, como forma de abuso de poder daqueles que contêm um cargo superior nas empresas e locais de trabalho, ou não. Por ser considerada uma falta grave, como consequência

pode resultar em demissão por justa causa, com um processo administrativo e até dois anos de prisão. No entanto, devido a esses índices que não diminuem é evidente que essas possíveis consequências não afetam em nada a conduta dos agressores (REDAÇÃO SPBANCARIOS, 2021).

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), que buscava apresentar de forma comparativa a condição das mulheres e homens no ambiente de trabalho construtivo e arquitetônico, há uma diferença que aumenta de acordo com o teor da violação. Sendo assim, quando é um assédio moral, de todos os participantes, 31% das vítimas foram as mulheres e 18% foram homens. Já quando é assédio sexual, 8% das mulheres afirmaram terem sofrido esse tipo de violência contra 1% dos homens. Estes índices tornam-se ainda mais preocupantes quando são observados pelo viés étnico, no qual as mulheres negras são submetidas 16 vezes a mais a esses tipos de assédios do que os homens brancos. É possível observar de forma mais clara estes aspectos por meio do gráfico. Com relação de discrepância de salários os homens ganham cerca de R\$1.700, 00 a mais que as mulheres, quando exercem o mesmo cargo (QUEIROZ, 2020).

Imagem: gráfico representando um comparativo dados associados a violência no trabalho entre homens e mulheres.



Fonte: Queiroz, 2020.

Por meio de uma pesquisa realizada pela Organização Mundial do Trabalho (OMT), de todas as mulheres que são empregadas, independente do cargo, 52% já foram vítimas de assédio. Essas violências trabalhistas são mais recorrentes do que o esperado, em sua grande maioria as vítimas são mulheres. Embora o resultado desta pesquisa tenha apresentado uma alta porcentagem, é possível que estes índices estejam subnotificados. Isto pode ocorrer por diversos fatores, sendo um deles o fato de as mulheres por estarem tão submersas nessa sociedade machista entenderem certas coisas como naturais, não compreendendo a dimensão e seriedade do ocorrido, outro fato pode ser devido ao medo de exposição, perda de emprego, ou pelo simples fato de serem ameaçadas. Estes aspectos, somados a competitividade do mercado capitalista, e a um histórico social nacional, onde a inserção da mulher no mercado de trabalho extremamente sexista, resultou em uma atmosfera embasada na mais valia e acumulação, resultando em horas exacerbadas de trabalho e com um salário extremamente baixo. Estes

fatores além de tornarem o fato de conseguir e se manter em um local de trabalho ainda mais difícil para as mulheres, ele resulta em diversas agressões, coerções, humilhações e injustiças, tornando o ambiente de trabalho hostil (SASP, 2018).

Isto culmina em pressões e diversas questões psicológicas, como o desenvolvimento de doenças mentais, tais como depressão, ansiedade, doenças físicas entre outras. Para discutir tais questões, foi realizado em 3 de maio de 2018, pelo GT Saúde do Trabalhador do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (SASP) e a Campanha Arquitetas Contra o Assédio, um debate sobre o assédio no ambiente de trabalho, que resultou em um manifesto, no qual apresentam com repúdio estes pontos negativos, objetivando trabalhar para desmistificar essa neutralização existente acerca de ações de assédios e nocivas ao ambiente de trabalho, fortalecer aquelas que foram vítimas de violência trabalhista, além de propor um espaço para diálogo que permitam as mulheres trocarem experiências e desabafarem, objetivando fortalecer a todas para a luta por igualdades trabalhistas e respeito (SASP, 2018).

Como apresentado nos relatórios anteriores, embora a desigualdade ainda impere, o número de pessoas do sexo feminino na arquitetura e no mercado de trabalho construtivo tem aumentado expressivamente. Contudo, além de uma busca por uma melhoria de trabalho e condições, os profissionais desse campo trabalhista devem, também, agir de outras formas para possibilitar uma arquitetura e urbanismo que promovam a segurança e equidade. Atualmente, segundo dados de pesquisas realizadas no Brasil e no Mundo, a maioria dos estudantes de arquitetura são mulheres, compondo segundo o CAU/ Brasil, mais de 60% do público feminino e 38% masculino de profissionais em exercício. Esse é um exemplo de que as mulheres estão ganhando espaço, mas ainda falta muito para que possa de fato ter uma ideia mais consolidada de igualdade entre os gêneros (CAU/ BR, 2019).

Ao longo dos anos, a constante busca por um modelo de cidade ideal, resultou em modelos urbanos que continham as características socioculturais do contexto no qual foram criadas e pensadas. Assim, por ser algo prioritariamente idealizado por homens, é evidente que preceitos machistas seriam empregados nessas urbes.

Estes modelos urbanos, sofreram, com o tempo, um processo de sofisticação, com algumas alterações associadas ao contexto no qual estavam inseridos. Assim, preceitos da sociedade ocidental de homem-ideal, sendo eles Vitrúvio e Modulor, sendo muito limitante no uma vez que faz com que o espaço deixe de ser neutro. Nesse sentido, ao utilizar a anatomia de um homem branco como ideal, é como se a cidade estivesse um único gênero e etnia, considerando a primeira suprema em detrimento das demais (MORAES; TAVARES, 2020).

A partir destes aspectos históricos e socioculturais pode-se compreender um pouco sobre a questão da morfologia urbana ainda ter aspectos excludentes. Como adverte Arellano (2019 apud MORAES; TAVARES, 2020):

“Não é necessário ser um especialista em arquitetura ou anatomia para deduzir que a medida do modulor aludia ao corpo de um homem caucasiano de 1,83 metros que aparecia constantemente nos filmes de Hollywood.”

Essa morfologia até então não só de certa forma privilegia o caminhar dos homens brancos pela cidade, como o tornam extremamente inseguros para mulheres. Todas essas questões sobre andar e pertencimento aos espaços públicos caem em uma questão muito cara para a sociedade, especialmente para urbanistas e arquitetos: a mulher tem direito à cidade garantido? Por meio de todos esses aspectos já citados, de desigualdade nos locais de trabalho entre homens e mulheres, por diversas questões socioculturais, histórica, e principalmente o fato de que elas não se sentem seguras em passar por todas as ruas sozinhas, em qualquer horário

do dia, por medo de serem assediadas, sofrerem violências, coerções e abusos, faz com que elas não possam vivenciar de maneira plena, democrática e segura os espaços públicos. Isso se dá de uma maneira geral, não apenas nas ruas, como também transportes públicos e espaços comerciais (ROLNIK, 2016).

Fica clara, portanto, que embora as mulheres tenham alcançado diversas conquistas, ainda tem um longo caminho e infindáveis batalhas pela frente. Ao contrário do que é propagado pelo senso comum, ainda há muita desigualdade e um pensamento de inferioridade e negligência do sexo feminino, em diversos aspectos, políticos, socioculturais, econômico, direitos trabalhistas, artístico, arquitetônico e urbanístico.

Entretanto, enaltecer e ressaltar as conquistas já auferidas ensejam um vislumbamento e esperança de um futuro com melhores condições de vida e mais equidade. Além de contribuir para propagar e convidar a todos para apoiarem movimentos que visam pela luta de Direitos Humanos, para todos os grupos que compõe a referida minoria e que sofrem pelo grupo dirigente a séculos. E assim, legitimar e realizar um espaço mais igual para mulheres, de reconhecimento, de voz, lugar, nos diversos campos sociais, políticos, artísticos, culturais e principalmente na arquitetura e urbanismo.

Nesse sentido, é importante ressaltar que embora, ao longo dos anos, o índice de mulheres trabalhando e estudando tenha aumentado consideravelmente, principalmente no mercado construtivo, por um lado as ações coercitivas, assédios e desigualdades das condições trabalhistas ainda permanecem. Como forma de resistência, os coletivos e algumas ações criadas dentro das próprias corporações para tratar sobre tais aspectos, possibilita a criação de um espaço onde as mulheres possam ter voz, trocar experiências e se fortalecer para combater tais atrocidades. O papel das arquitetas e urbanistas, nesse aspecto não vai além dessas discussões e das ações citadas acima, eles e elas devem propor espaços que partam dos preceitos da diversidade, criando áreas urbanas e públicas que incentivem a utilização, permanência e livre trânsito das mulheres com segurança. Para tal é imprescindível escutar e se atentar aos testemunhos, sentimentos, ideias e emoções delas, constantes vítimas deste brutal sistema machista ainda vigente. Assim, o principal ponto de partida é entender em sua totalidade, ou pelo menos em grande parte, as diferenças e pluralidades dos seres transformadores do espaço, sejam eles de diferentes etnias, gêneros e idade, para, desse modo, fazer valer o direito à cidade.

Conclusões

Após realizar todas essas pesquisas acerca do tema, e ao longo do desenvolvimento da pesquisa chegou-se a uma conclusão prévia. É importante ressaltar que todos os primeiros resultados que foram obtidos influenciaram no rumo que será seguido na pesquisa, por isso foram necessárias algumas alterações com relação a ordem ou mesmo conteúdo associado aos objetivos, de acordo com as necessidades das informações obtidas. Para assim, construir uma ordenação dos fatos e coerência dos dados encontrados.

Durante a realização destas análises, a obtenção de alguns dados, sejam eles mais históricos ou numéricos não se deu de maneira fácil, pois as informações eram escassas. Mesmo havendo diversos trabalhos no campo da arquitetura e urbanismo, eram raros os textos que apresentavam fatos históricos e socioculturais que permitissem entender como se deu essa relação entre mulher e meio construtivo e como isso possa ter modificado a maneira como as pessoas compreendem a arte de construir. Há lacunas históricas que impossibilitam a compreensão de alguns dos fatos históricos de uma maneira coerente e total.

Esta escassez de informações, não ocorre apenas pelos trabalhos teóricos não serem muito corriqueiros no campo construtivo, mas, também, aponta para um outro quesito, o fato de haverem poucos, ou em alguns casos, nenhum dado, seja em aspecto qualitativo ou quantitativo sobre tais temas, o que evidencia que esta questão é pouco discutida não apenas no meio acadêmico, como também de uma maneira mais geral, entre os profissionais e o mercado de trabalho. Isto resulta em diversas complicações, como a realização de morfologias e conceituações urbanas e construtivas que reafirmem preceitos capitalistas, patriarcais, racistas entre outro. Ou seja, tais características contribuem para cidades mais desiguais, com grande segregação espacial, que não abarcam o diverso.

Desse modo, fica evidente que a questão da mulher na arquitetura vai além de estatísticas e fatos históricos, mas também aspectos construtivos e relações socioespaciais. Como as cidades são uma consequência das relações e interações do indivíduo com o meio em que ele vive, as modificações destes locais, de acordo com as mudanças tecnocientíficas, socioculturais, econômicas, políticas e ambientais, são inevitáveis. Do mesmo modo que estas transformações refletem as hierarquias, organizações e relações entre os próprios cidadãos, como se a sua morfologia fosse uma materialização dos paradoxos e conflitos entre os diferentes grupos sociais que se arrasta a séculos.

Nesse sentido, para se compreender o lugar da mulher na sociedade do século XIX, principalmente no mercado de trabalho construtivo, é intrínseco estudar os momentos históricos que explicitam as relações hierárquicas, subjugadas e desiguais presentes no sistema capitalista e patriarcal ainda vigente. E a partir deles entender e conhecer sobre as batalhas travadas ao longo dos anos, para que elas conseguissem adquirir alguns direitos básicos, e como os desenhos urbanos e construtivos refletem essas características machistas, reafirmando todo um sistema que dificulta ainda mais a luta da mulher para conseguir ter seu espaço e lugar de fala.

Dentro da própria concepção do indivíduo do sexo feminino, é importante ressaltar que há uma diferença de grau de intensidade dessas desigualdades. Assim, se a mulher integra um dos outros grupos do que podemos considerar como minoria, como no caso da mulher negra ou trans, o preconceito, a violência, ausência de oportunidades e assédio ocorrem em escala maiores. O fato de não se tratar com frequência, no meio acadêmico, sobre a relação de feminicídio e outras dificuldade que o sexo feminino é submetido, fazendo uma associação com o espaço construtivo, não contribuiu para que de fato ocorram mudanças na forma como a organização vigente se dá, extremamente excludente.

Assim, torna-se ainda mais evidente que a luta por igualdade de gênero é algo que precisa ser falado e debatido, principalmente no meio construtivo, mas esta não é uma luta apenas das mulheres mas de todos os seres humanos, para que de fato possam ser desconstruído esses padrões comportamentais tão destrutíveis e nocivos para a vida de muitas pessoas. Para fomentar tais discussões e instigar o pensamento crítico os trabalhos teóricos são ainda mais imprescindíveis. Reafirmar e incentivar leituras, pesquisas tecnocientíficas, debates em ambientes acadêmicos, assim como o estudo de grandes arquitetas e urbanistas, contribuem para aproximar os discentes da realidade e a provocarem para pensar em sistemas construtivos, seja em grande ou pequena escala, que considerem o ser humano em sua pluralidade, propondo espaços mais seguros para todos aqueles de diferentes faixas etárias, gênero, cor e nacionalidade. Tornando, assim, os espaços públicos de socialização mais seguros, incentivando a permanência e aumentando o sentimento de pertencimento da população com o meio no qual vivem. Propondo dessa forma, a democracia espacial, por meio de áreas públicas que, de fato, promovam o direito à cidade, de ir e vir, o direito a vida!

Referências

ALVES, Sara Sheyla Santana et al. A mulher aluna do curso de pedagogia do CFP/UFCG: desafios e perspectivas. 2018. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/4512>> Acesso em: 25 de mar. de 2022.

CANCIAN, Renato. **Feminismo - Movimento surgiu na Revolução Francesa**. Brasil: Uol Educação, 8 mar. 2016. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/feminismo-movimento-surgiu-na-revolucao-francesa.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CAUBR (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil). Mulheres na Arquitetura” e “Arquitetas Invisíveis”: equidade de gênero no mercado. 6 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/mulheres-na-arquitetura-e-arquitetas-invisiveis-equidade-de-genero-no-mercado/>>. Acesso em: 18 de nov. de 2019.

COSTA, Camilla. **As escritoras que tiveram de usar pseudônimos masculinos – e agora serão lidas com seus nomes verdadeiros**. São Paulo: BBC News Brasil, 15 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-43592400>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

DIAS, Maria Cristina Longo Cardoso. A questão da opressão para Angela Davis. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 27, n. 52, p. 143-163, 2020.

DIOTTO, Nariel; PIRES, Tatiana Diel; SOUTO, Raquel Buzatti. A (des) igualdade de gênero e o feminicídio: a evolução sociocultural da mulher e os reflexos da dominação patriarcal. **Derecho y Cambio Social**, p. 1-19, 2017.

FRAZÃO, Dilva. **Marcel Duchamp**: Pintor e escultor francês. [S. l.]: EBiografia, 22 jul. 2019. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/marcel_duchamp/>. Acesso em: 14 dez. 2021.

GOMPERTZ, Will. Surrealismo: Viver o sonho, 1924-45. **Isso é Arte? 150 anos de arte moderna. Do impressionismo até hoje**. Editora ZAHAR, 2013. p. 252-279.

Guerrilla Girls. Guerrilla Girls: Reinventing the 'F' word: Feminism [atualizada em: 2019]. Acesso em 02 de nov. de 2019. Disponível em: <<https://www.guerrillagirls.com/>>

QUEIROZ, LUIZA. **Arquitetas negras sofrem 16 vezes mais assédio sexual no trabalho do que homens brancos, diz pesquisa**: Levantamento feito pelo CAU/BR revela, também, que homens brancos ganham quase o dobro do salário de mulheres negras na mesma profissão. Brasil: Casa Vogue, 12 ago. 2020. Disponível em: <<https://casavogue.globo.com/Arquitetura/noticia/2020/08/arquitetas-negras-sofrem-16-vezes-mais-assedio-sexual-no-trabalho-do-que-homens-brancos-diz-pesquisa.html>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

REDAÇÃO SPBANCARIOS, Redação Spbancarios. **Violência sexual contra a mulher no ambiente de trabalho? Denuncie!**: No Código Penal, ato é grave e pode gerar demissão por justa causa ou até mesmo a punição de até dois anos de detenção para o agressor. São Paulo: Sindicato dos Bancários CUT, 31 mar. 2021. Disponível em: <<https://spbancarios.com.br/03/2021/violencia-sexual-contra-mulher-no-ambiente-de-trabalho-denuncie>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

ROLNIK, Raquel. **As mulheres também têm direito à cidade?**. Brasil: Raquel Rolnik Wordpress, 14 mar. 2016. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/03/14/as-mulheres-tambem-tem-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

ROLNIK, Raquel. **A cidade é nossa**: Em Reikjavik ou em São Paulo, sem as mulheres a cidade para. São Paulo: UOL, 8 mar. 2019. Disponível em: <<https://raquelrolnik.blogosfera.uol.com.br/2019/03/08/em-reikjavik-ou-em-sao-paulo-sem-as-mulheres-a-cidade-para/>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SASP. **Arquitetas unidas contra o assédio no trabalho**: Manifesto do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (SASP). São Paulo: CAU/BR, 13 maio 2018. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/arquitetas-unidas-contra-o-assedio-no-trabalho/>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SIQUARA, Carlos Andrei. **A arte que circula nas redes**: Canais no YouTube divulgam conteúdo sobre artes visuais, ampliando acesso a informações sobre artistas e obras. Belo Horizonte-MG, Brasil: O Tempo, 12 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/a-arte-que-circula-nas-redes-1.2135173>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. **Revista Thesis Juris**, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.fdv.br:8080/handle/fdv/894>> Acesso em: 25 de mar. de 2022.

VILLANOVA, V. GUERRILLA GIRLS - ARTE E FEMINISMO. VivieuVi. 16 de jan. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ft_O51Zj3As>. Acesso em: 02 de nov. de 2019.

Agradecimentos: à FAPEMIG.

Endereço para correspondência: Ana Carolina Sequeira Borges Costa . email: anacarolinascosta@gmail.com